



# **CIDADE DE SÃO PAULO GESTÃO**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO**

Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo, CEP 01002-020, CNPJ Nº 46.395.000/0001-39

---

## **ATA SINTÉTICA DA MESA SETORIAL DE NEGOCIAÇÃO**

**NÍVEL SUPERIOR (QAA E QEAG)**

**ANO – 2019 – REUNIÃO 1**

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, na sala de reuniões do secretariado do oitavo andar da sede da Prefeitura Municipal de São Paulo, no Viaduto do Chá, nº 15, foi realizada a primeira reunião da Mesa Setorial do Nível Superior do Quadro de Analistas da Administração Pública Municipal (QAA) e do Quadro de Profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia (QEAG) do ano de dois mil e dezenove, no intuito de retomar as mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente (SINP), como acordado no Protocolo de Negociação Nº 1/2019, entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais do SINP.

**Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes da administração municipal de São Paulo:**

- . CLEIDE BAUAB, secretária adjunta da Secretaria Municipal de Gestão;
- . WALDIR AGNELLO, chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Gestão;
- . CLARISSE DE ALMEIDA, chefe da Assessoria de Relações de Trabalho;
- . NATHALIA VIEIRA, estagiária da Assessoria de Relações de Trabalho;

. PEDRO LAHOS, estagiário da Assessoria de Relações de Trabalho;

**Fizeram-se presentes à reunião os seguintes representantes das entidades sindicais:**

. FELIPE BAZO TÔRRES, representante da Associação dos Servidores do Nível Superior da PMSP - ANIS;

. FRANCISCO ERNANE RAMALHO, representante da Associação dos Contadores Municipais de São Paulo - ACMSP;

. MÁRCIA DE OLIVEIRA, representante da Associação dos Administradores, Estatísticos, Gestão de Políticas Públicas, tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - ADEGEP;

. MARGARIDA PRADO GENOFRE, representante do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo - APROFEM;

. ÉSIO SIZUO HIRATA, representante do Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo;

. JOÃO D'AMARO, representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo - SEAM;

. VICTOR DA COSTA, representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Municipais de São Paulo - SEAM;

. CARLOS EDUARDO DE LACERDA E SILVA, representante do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo - SEESP;

. CARLOS HANNICKEL, representante do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo - SEESP;

. BRENO BEREZOVSKY, representante do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - SASP;

. MAURÍLIO CHIARETTI, representante do Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo - SASP;

. MÁRCIA APARECIDA RIBEIRO, representante do Sindicato dos Bibliotecários, Cientistas da Informação, Historiadores, Museólogos, Arquivistas, Documentalistas, Auxiliar de Biblioteca e de Centros de Documentação no Estado de São Paulo - SINBIESP;

. JOÃO GABRIEL BUONAVITA, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP;

. JOÃO GOMES, representante do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo - SINDSEP.

. SANDRA CARVALHO, representante do Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo.

- **PAUTAS:**

A Prefeitura Municipal de São Paulo retoma a Mesa Setorial do Nível Superior conforme o Protocolo de Negociação nº 1/2019, que institui a construção conjunta de pautas a serem entregues em um plano de trabalho no prazo estipulado de 90 dias, a partir de 1º de Abril.

- **Abertura da Mesa de Negociação do Nível Superior, realizada por Clarisse de Almeida, chefe da ART - Assessoria de Relações de Trabalho:**

Iniciada a sessão, Clarisse de Almeida ressaltou a importância do diálogo entre o Governo e as Entidades Representativas, materializadas nas mesas de negociação do Sistema de Negociação Permanente - SINP. Em seguida, Waldir Agnello se apresentou como novo Chefe de Gabinete e reverenciou o cumprimento da palavra do Sr. Prefeito quanto ao Protocolo de Negociação nº 1/2019, firmado entre a Prefeitura Municipal de São Paulo e o Fórum das Entidades Sindicais. A Secretária Adjunta, Cleide Bauab, expôs sua experiência na administração pública e resguardou o papel de escuta por parte do Governo.

- **Apontamentos realizados pelos representantes das entidades sindicais:**

Dada a palavra aos representantes, MARGARIDA GENOFRE, da APROFEM, manifesta a busca por um denominador comum, e que, quanto ao Nível Superior, congrega expectativas genéricas e não específicas. Ressaltou que a remuneração por subsídio é inadequada para os servidores, rechaçando qualquer perda de direitos e a falta de reposição para concursos, os quais devem ser mantidos acima de qualquer reestruturação em contraponto às precarizações advindas de terceirizações. Disse, também, a necessidade da Revisão Geral Anual repor as perdas inflacionárias.

Quanto a fala da MÁRCIA DE OLIVEIRA, representante da ADEGEP, colocou que o administrador, assim como o gestor público de modo geral, está perdendo espaço estratégico no escopo da administração pública, visto a série de terceirizações e a paralisação dos concursos. Expôs a necessidade de haver formações e cursos para o

funcionalismo público, além de parcerias com Conselhos Regionais. Comenta sobre a escassez de nomeações, que perdem de vista análises fundantes como de macroeconomia. Outro destaque na fala de Márcia foi do esquecimento, por parte da Prefeitura Municipal de São Paulo, a respeito dos inativos, visto que o Plano de Metas 2019, no que tange a remuneração variável, beneficiaria apenas os servidores ativos, assim como o abono emergencial pós-greva ao Nível Básico e o Nível Médio do PCCS, o que atestaria falta de paridade. Além, reivindica uma política salarial, manifesta que o conjunto de trabalhadores deve ser visto como um todo e expõe que a última mesa setorial do nível superior foi realizada em 2014.

FRANCISCO ERNANE, representante da ACMSP, ressaltou a história e a importância dos contadores na gestão municipal para conhecimento técnico, onde, segundo ele, 90% dos servidores da classe possuem outra formação ou pós-graduação. Ele destacou o baixo salário inicial dos concursos públicos referentes à carreira e a falta de destaque conferida ao contador. Ernane relata que a Prefeitura Municipal de São Paulo não demonstra a importância necessária à execução do orçamento, o qual é dirigido sem o conhecimento técnico requisitado. Citou, como exemplo, a existência de assistente social desempenhando papel de contador, e também sobre a perda de profissionais qualificados.

O sociólogo FELIPE BAZO TÔRRES, representante da ANIS, inicia sua fala denunciando a situação que adjetiva de “terminal” que atinge a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, no qual houve uma série de demissões, entre as mais recentes estão os 40 (quarenta) servidores que ocupavam a coordenação de assistência social, afetando a ponta dos serviços prestados. Felipe coloca também a predileção da Prefeitura Municipal de São Paulo à terceirização, preterindo o funcionalismo público, além de não haver uma relação isonômica entre os inativos e ativos do município, além da eclosão da judicialização de recursos. Comenta sobre a vulnerabilidade dos CRAs e dos CREAs, sobre sucateamento e a falta de resolutividade na execução de serviços. Expressa que não há concursos para sociólogos na PMSP desde 1992. Ressalta a necessidade de formalização da Mesa de Nível Superior no Sistema Permanente de Negociação - SINP, e por fim, aponta que as reestruturações que foram feitas validaram as perdas salariais, já que a Revisão Geral Anual nunca foi colocada como uma ferramenta de reparação das perdas inflacionárias.

Os representantes do SEESP, CARLOS HANNICKEL e CARLOS EDUARDO DE LACERDA, ressaltaram que o quadro dos engenheiros na Prefeitura Municipal de São Paulo está muito aquém do passado e que é necessária a reposição de perdas inflacionárias. Carlos Hannickel destacou que, apesar das nomeações, o número de engenheiros é muito baixo e encontram-se em situação precária. Reivindicou a atualização do salário mínimo profissional (8,5 salários mínimos de piso salarial), em que hoje representa 8,5 salários mínimos referentes à 2015; e reposição das perdas inflacionárias que não ocorrem desde primeiro de maio de 2016. Colocou a concentração dos servidores no início e no final da carreira, e um grande vazio no meio, como um grande problema. Com isso, segundo Hannickel, ocorre uma perda da memória técnica da Prefeitura, que encontra-se no final da carreira. Outra particularidade ressaltada por ele, remetendo a Procuradoria Geral do Município, é a falta de respaldo jurídico-financeiro que os servidores do QEAG sofrem, visto que, atuando de acordo com as regras do poder executivo, são responsáveis criminalmente pelos atos realizados sem qualquer assistência pelo Estado. Carlos Eduardo de Lacerda ressaltou que os acidentes envolvendo os viadutos, prédios, árvores e enchentes, na cidade de São Paulo, não deveriam ter ocorrido e que a questão técnica é organizar a carreira, visto que todos os contratos de licitação são gerenciados por técnicos e estes são poucos na Prefeitura. Reivindicam mesa própria para o QEAG.

Os representantes da SEAM, VICTOR DA COSTA e JOÃO D'AMARO, pontuaram a importância dos servidores e pontuaram que a Prefeitura só diminuiu o teto de gastos para com funcionalismo público, em que não há repasse das perdas inflacionárias. Por fim, Damaro convidou os presentes para o evento que irá lançar o Código de Vias Públicas.

ÉSIO SIZUO HIRATA, representante do Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo, iniciou sua fala apresentando o sindicato e em seguida manifestou sobre a atuação dos servidores da carreira, destacando a manutenção de oitenta mil elevadores na cidade.

BRENO BEREZOVSKY, representante da SASP, ressaltou sobre a vocação do serviço público, sobre como a política não pode se sobrepor às questões técnicas, e que as principais vítimas das constantes desvalorizações do funcionalismo público e do esvaziamento da força de trabalho são os cidadãos do município de São Paulo. Manifestou que, quando o Sr. Prefeito relata que o município está “quebrado”, é necessário que o

Governo entenda que os servidores são a solução e não o problema para dirimir questões orçamentárias e de políticas públicas, devendo haver chamamento.

JOÃO GOMES e JOÃO GABRIEL BUONAVITA, representantes do SINDSEP, destacaram a importância da Mesa de Negociação e que esta era fruto de vitória dos trabalhadores no pós-greve. Repudiam quaisquer atos de violência e retaliação perpetrados pelo poder público municipal. João Gomes questionou a proposta de remuneração variável, presente no plano de metas do Governo Municipal, apresentando manifestação contrária a essa política, rejeitada, inclusive, em assembleia pelos servidores durante a greve. Pediu explicação pelo fato da Prefeitura dizer conseguir uma economia de 370 milhões com a reforma da previdência, mas apresentar um orçamento de 200 milhões para a política de remuneração variável. E além, pontuou que há apenas 36% dos gastos da Prefeitura Municipal de São Paulo em funcionalismo público, sendo que o teto estabelecido por lei é de 54%. Rechaça política do 0,01%, adjetivando de achatamento e de degeneração, reivindicando 10% de reajuste geral para o funcionalismo público. Em seguida, destacou que as carreiras de Nível Básico e Médio são extremamente desvalorizadas. Acredita, por faltar apenas um ano e meio para o término da atual gestão, que os debates de reestruturação das carreiras não acontecerão, devendo se concentrarem nas nomeações de concursos, que não estão sendo chamados e nem convocados.

SANDRA CARVALHO, representante do SINDESP, coloca a importância de haver um reconhecimento por parte da Prefeitura da categoria de sociólogos, em que atualmente são invisibilizados por estarem atuando em outras áreas. Ressalta a importância da construção dessa identidade na gestão pública.

MÁRCIA APARECIDA RIBEIRO, do SINBIESP, apontou a importância da memória institucional e que a Prefeitura Municipal de São Paulo deve assegurá-la como patrimônio imaterial. Além, denunciou o processo de terceirização da categoria, visto o exemplo da Biblioteca Mário de Andrade, em que as empresas prestadoras de serviço não seguem ao menos o piso salarial dos bibliotecários.

- **A palavra foi retomada pela Secretária Adjunta Cleide Bauab e pelo Chefe de Gabinete Waldir Agnello, que agradeceram a presença e a narrativa de todos os presentes. A Chefe da Assessoria de Relações de Trabalho, Clarisse de Almeida,**

**ponderou os pontos elencados pelos representantes sindicais e prontificou-se a dar os encaminhamentos necessários, aludidos a seguir.**

CLARISSE DE ALMEIDA denota que a Assessoria de Relações de Trabalho está aberta para intermediar uma ponte dialógica entre o poder público municipal e as entidades de classe, resguardando a sensibilidade das pautas narradas pelas lideranças presentes por representarem a vivência na ponta de massas de trabalhadores na metrópole. Aponta que o Sistema de Negociação Permanente se ancora em um lapso normativo, pois o Convênio que o restituiu em 2013 teve a vigência cessada em 2017.

Sublinha sobre a valiosa e emergente importância de se institucionalizar o SINP como política de Estado que possa trespassar a transitoriedade de governos. Alertou sobre a existência de um decreto antecessor à sua entrada na Prefeitura com minuta pendente de admissibilidade dos sindicatos. Ponderou que está começando a desenhar uma metodologia participativa de escuta ativa das entidades sindicais sobre a institucionalização do SINP, com possibilidade de agendamento de visitas e entrevistas.

CLARISSE lembra que a presente Mesa Setorial de Negociação foi estreitada para o QAA e o QEAG por conta do Protocolo de Negociação 01/2019 firmado entre a Prefeitura e o Fórum das Entidades Sindicais, devidamente assinado por todas as partes, reconhecendo o direito de greve e formulando um plano de ação pós-paralisações com atenção aos compromissos firmados. Quanto ao abono do nível básico e do nível médio do PCCS, adianta que o Projeto de Lei e a Exposição de Motivos já foram minutados pela COGEP e pela ART, e aguardam apreciação da COJUR, com a garantia de pagamento retroativo aos servidores em voga caso o PL não seja aprovado até a data acordada de 1º de maio.

No que tangencia o Programa de Metas, CLARISSE memora que está sob a batuta estratégica norteadada pela Secretaria de Governo, e que, quanto a meta 35.1, reforça que políticas de remuneração variável atrelada ao resultado, que ainda estão em processo de modelagem, são uma esfera, e política salarial é outra, de modo que uma não pode se sobrepor à outra. Sobre a dificuldade de esmiuçamento na base de dados do SIGPEC, a Chefe da ART salienta que muitos dados são autodeclaratórios, o que obsta um retrato fidedigno à realidade conjuntural da Prefeitura.

Contudo, subscreeve que a ART está comprometida em análises destrinchadas com esquadramento de devido recorte de classe, gênero e raça em suas produções. Por fim, CLARISSE manifesta que, apesar de entender a política salarial como central e inerente à causa das entidades representativas, acredita nas Mesas Setoriais de Negociação como campo aberto para construções participativas de política conjugadas arrojadas que versem também sobre condições de trabalho.

- **Encaminhamentos Finais:**

- ANIS reivindica o acesso aos dados referentes ao QAA, principalmente aqueles que referenciam os sociólogos;
- SINDSEP pede levantamento da localização dos sociólogos na Prefeitura Municipal de São Paulo;
- SINDSEP pede para a Secretaria Municipal de Gestão participar das negociações com os trabalhadores do SAMU;
- SINDSEP pede explicações acerca do motivo da Prefeitura estar acumulando recursos, que chega a R\$ 11 bi, visto à dita radicalização do contingenciamento da atual gestão municipal;
- O SINDSEP pede explicações sobre o aumento de 309% dos contratos emergenciais na prestação de serviços da Prefeitura;
- SINDSEP reivindica participação da Secretaria Municipal de Governo na próxima reunião da Mesa Setorial do Nível Superior;
- Esboço do plano de trabalho, a ser entregue daqui a 90 dias, por parte da Secretaria Municipal de Gestão, contando a partir de 1º abril de 2019.